



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Plano de Transportes Escolares

Ano letivo 2014/2015

I – Enquadramento

A Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, estabelece o quadro das atribuições e competências das Autarquias Locais, relativamente à educação, nomeadamente o seu artigo 33º. Nos termos do nº 1, da alínea gg), do mesmo artigo, compete aos órgãos municipais assegurar, organizar e gerir os transportes escolares.

Nos termos do DL nº 299/84, de 5/09, alterado pelo DL nº 7/2003, de 15/01 e pelo DL nº 176/2012, de 2/08, é da competência das Autarquias garantir o serviço de transportes aos alunos do ensino básico e secundário (oficial, particular e/ou cooperativo) que residam a mais de 3 ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente sem ou com refeitório.

No seu nº 1 do artigo 25º do DL 55/2009, de 02/03, os alunos que frequentam estabelecimentos do ensino básico que não sejam acessíveis a pé, a partir do lugar da sua residência, e que não possam utilizar transportes públicos para efeitos de deslocação entre a residência e o estabelecimento de ensino, é facultado um serviço adequado de transportes escolares, sendo a sua acessibilidade definida nos termos do nº 1 do artigo 2º do DL nº 299/84, de 5/09, na sua atual redação.

A Lei nº 13/2006, de 17 de Abril, define ainda o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos, de e para os estabelecimentos de educação e ensino.

O Plano de Transportes Escolares é o instrumento de gestão desta atividade e deverá complementar todos os princípios, demais legislação em vigor, bem como a rede de transportes públicos existentes.

II – Memória Descritiva

A Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, adiante designada por Câmara Municipal, dando cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, na sua atual redação, vai promover o **Plano de Transportes Escolares** para o ano letivo de 2014/2015 que, em princípio, deverá abranger um total de 1220 estudantes e uma despesa que ascenderá o valor de **350 000.00 €**



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

III – Princípios Gerais

3.1- Tem direito ao serviço de transporte escolar todos os estudantes do ensino oficial do 1º, 2º e 3º ciclos e ensino secundário quando residam a mais de três quilómetros dos estabelecimentos de ensino, de acordo com o disposto no ponto 1 do Decreto-Lei nº 299/84 de 5 de Setembro, na sua atual redação.

Poderão ainda ser transportadas crianças que estejam a frequentar o ensino pré-escolar, no Centro Educativo de Montemor-o-Velho, transporte esse condicionado às vagas sobranes e efetuado no âmbito do Regime Jurídico de Transporte de Crianças e Jovens até aos 16 anos (Lei nº 13/2006, de 17/04).

3.1.1 – Nos casos em que a rede de ensino existente no concelho não satisfaça as necessidades, a Câmara comparticipará no custo do transporte escolar para os estabelecimentos de ensino particular ou cooperativo que possuam, cumulativamente, contrato de associação e paralelismo ou autonomia pedagógica.

3.2 – A metodologia a adotar para a concessão de Transporte Escolar encontra-se prevista no Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, com as devidas alterações, nas Portarias nºs 161/85 e 181/86, de 23 de março e de 6 de Maio respectivamente, no Decreto-Lei nº 176/2012, de 2 de Agosto e demais legislação em vigor e no presente Plano:

3.2.1 - Os alunos do ensino básico, menores de idade, têm a comparticipação do Município de 100% do custo do transporte escolar;

3.2.2 - Os alunos do ensino secundário têm a comparticipação do Município de 50% do custo do transporte escolar.

3.3 – A rede de transportes escolares assenta na utilização de carreiras públicas de passageiros das transportadoras a operar no concelho e nos caminhos de ferro, na utilização de meios de transporte propriedade da Câmara Municipal, ou de outras instituições locais com as quais a Câmara Municipal estabeleça protocolo/acordo de colaboração, ou ainda em transportes de aluguer, no âmbito o Regime Jurídico de Transporte de Crianças e Jovens até aos 16 anos, nos termos da Lei nº 13/2006, de 17 de abril.

3.4 – A área de influência do Plano de Transportes Escolares é a área do Município de Montemor-o-Velho, tendo em conta as áreas pedagógicas de influência das escolas e a rede de transportes existentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

3.5 – Os estudantes que se matriculem em estabelecimentos de ensino em desacordo com as áreas de influência não têm direito ao serviço de transporte escolar, com exceção do prescrito nos pontos seguintes:

3.5.1 – Podem ser subsidiados os estudantes residentes no concelho a frequentarem um estabelecimento de ensino sito na área de outro município desde que:

- Não tenham no Município de Montemor-o-Velho a área vocacional escolhida (devendo apresentar declaração do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho em como não existe o curso/área vocacional e ainda certificado de matrícula ou declaração do estabelecimento de ensino, que indique a área vocacional na qual o aluno se encontra matriculado);
- Sofram de deficiência comprovada que os levem a frequentar estabelecimentos de ensino especial – DL nº 176/2012, de 2/8;
- A existência de casos excecionais previstos na lei.

3.6 – Os alunos residentes nas freguesias de Arazede, Pereira e Santo Varão frequentarão, como prioridade os estabelecimentos de ensino da E.B. 2,3 Ciclos de Arazede e a E.B.I. de Pereira, respetivamente.

A frequência em outros estabelecimentos de ensinos, nos concelhos limítrofes será sujeita a justificação prévia sendo devidamente instruídos e submetidos a despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal ou do (a) Vereador(a) da Educação.

3.7 – É permitida a frequência dos ciclos e áreas vocacionais pretendidas em estabelecimentos de ensino fora da área do município de Montemor-o-Velho, desde que as mesmas não existam no concelho. No entanto, depois de devidamente instruídos e informados, os processos serão submetidos individualmente a despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal ou do(a) Vereador(a) da Educação.

3.8 - O período de tempo máximo de transporte de cada aluno entre o local de embarque à escola e vice-versa não deve ultrapassar os 60 minutos.

– Os alunos não devem esperar mais de 30 minutos entre a chegada à escola e o início das aulas, bem como o fim das aulas e o regresso a casa.

3.9 – Os estudantes referidos nas alíneas a), b), c) do ponto 3.5.1 e nos pontos 3.6 e 3.7, apresentarão obrigatoriamente, documentos comprovativos das situações referidas, submetendo os casos ao despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal ou do(a) Vereador(a) da Educação.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

3.10 – Os estudantes residentes noutros Municípios e que venham a frequentar estabelecimentos de ensino na área de Montemor-o-Velho, poderão ser integrados na rede de Transportes Escolares do Município, desde que no ato da candidatura ao transporte se encontrem munidos de declaração do Município da área de residência, comprovativa de que os mesmos suportam o encargo respetivo.

3.11 – Alunos que se encontram no **Ensino Secundário**:

3.10.1 – Os pedidos dos alunos que se encontrem neste nível de ensino, serão comparticipados em 50% do custo do transporte até aos 20 anos.

Todos os casos que não se enquadrem no critério anteriormente definido, serão alvo de análise sócio-económica do agregado familiar.

3.12 – Os alunos que provoquem danos nas paragens de autocarro e estações de Caminho de Ferro bem como, nos meios de transporte que utilizam serão sempre responsáveis pelos prejuízos causados, reservando-se a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho o direito de cancelar de imediato o apoio concedido.

IV – CONDIÇÕES DE ACESSO

4.1 – Em impresso próprio, fornecido pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, onde constam os seguintes elementos: o nome, a data de nascimento, a residência, o número de telefone, o estabelecimento de ensino, o ano de escolaridade, a transportadora pretendida, o local de embarque e uma fotografia tipo passe (documento em anexo).

4.2 – O pedido de serviço de Transporte Escolar é feito no ato da inscrição (matrícula ou renovação de matrícula) do estudante no estabelecimento de ensino e decorre de acordo com os prazos a seguir estabelecidos:

4.2.1 – As escolas deverão remeter à Câmara Municipal, **até 18 de julho de 2014**, todos os processos de candidatura ao subsídio de transporte escolar, à exceção dos pedidos dos alunos sujeitos a exames, cujos processos, por força das circunstâncias, darão entrada mais tarde.

4.2.2 – A Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, deverá notificar os pais, no âmbito do Código do Procedimento Administrativo, quando os processos não estejam completos.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

4.2.3 – Até 22 de agosto de 2014 a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho compromete-se a enviar às transportadoras, as listagens dos processos deferidos, onde conste: a identificação do aluno, a data de nascimento, o local de embarque e a percentagem de comparticipação.

4.2.4 – Os casos excecionais entregues à posteriori serão pontualmente analisados.

V – OUTRAS DISPOSIÇÕES

5.1 – Os serviços administrativos dos estabelecimentos de ensino deverão efetuar toda a verificação e controlo dos passes escolares, seguindo o procedimento abaixo indicado:

- A listagem com a requisição dos passes escolares, deverá ser previamente remetida, pelos serviços administrativos do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho para as transportadoras, à exceção da CP.
- As transportadoras deverão remeter para os serviços administrativos do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho, as faturas e listagens referentes aos passes escolares, organizadas por circuito de carreira pública. Os serviços deverão realizar a verificação das listagens anexas às faturas e proceder ao envio das mesmas devidamente confirmadas e conferidas para pagamento, para a Subunidade Orgânica de Educação e Ação Social do Município. Se aquando da verificação for detetado qualquer erro nas listagens enviadas, os serviços deverão informar as transportadoras e solicitar o envio da nota de crédito referente, se for o caso, ao Município. Este procedimento será desenvolvido mensalmente.

5.2 – Os casos omissos serão resolvidos pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, por iniciativa de qualquer das entidades envolvidas no processo, após informação dos serviços e parecer do Sr. Presidente da Câmara Municipal ou do(a) Vereador(a) da Educação.

Paços do Município, 13 de agosto de 2014.